



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: 0007586-50.2018.8.26.0037
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer
 Requerente: Alvaro da Silva Pereira de Jesus
 Requerido: Banco Bradesco S/A

Juiz de Direito: Dr. ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE

Vistos.

Trata-se de ação de obrigação de não fazer, alegando que tem recebido ligações de cobrança constantes no nome de sua mãe, falecida em 1986. Requereu a procedência para obter o cumprimento da obrigação de cessação das ligações de cobrança recebidas, sob pena de multa a ser arbitrada pelo Juízo.

O relatório é dispensado (art. 38, caput da Lei nº 9.099/95).

As preliminares arguidas pelo réu devem ser afastadas.

Não há que se falar em inépcia da inicial uma vez que, por meio da análise dos documentos juntados aos autos, mostra-se possível a elucidação da lide.

Tampouco se vislumbra acolhimento no que se refere à alegação de falta de interesse de agir diante da suposta desnecessidade de acionar o Poder Judiciário.

A existência de vias administrativas como alternativa de solução de um litígio não impede que a parte lesada ingresse com demanda judicial a fim de obter a concretização do direito ao qual faz jus.

O autor alega que vem recebendo ligações em sua residência (linha telefônica nº 16-3331-5795) relativas a cobranças em nome de sua mãe que faleceu em 15.05.1986. Dessa forma, não reconhece tais cobranças.

O réu, por sua vez, aponta a inexistência de elementos que

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**

permitam a pesquisa de dados em seus cadastros a fim de verificar a alegação de cobrança feita pelo autor.

Em observância à decisão de pág. 50, veio aos autos tão somente a comprovação de filiação do requerente em relação à falecida (pág. 55).

Quanto à existência ou não de identificador de chamadas no terminal telefônico, o autor alegou não possuir tal recurso em sua residência, impossibilitando, assim, a verificação do número do qual partiram as supostas ligações de cobrança.

Na mesma ocasião, o requerente informou que, ao contatar a central do banco réu, tendo sido atendido pelo funcionário Henrique, obteve a informação de que a dívida existente em nome de sua mãe é recente e é relativa à agência 0665 (endereço: Av. Maria Coelho Aguiar, 215, CEP: 05805-000: pág. 53).

Ante a informação, o requerido se limitou a reiterar sua manifestação em sede de contestação, afirmando ser impossível a checagem da suposta cobrança em razão da ausência de dados – números do RG e do CPF – que possibilitem a pesquisa em seu sistema.

Entretanto, com os dados pessoais constantes do atestado de óbito da mãe do requerente, como o nome completo, filiação e data de nascimento, já seria possível realizar uma busca no sistema interno a fim de constatar a existência ou não de dívida pendente.

Frise-se que se trata de prova de difícil produção por parte do autor, pois recebe, segundo ele, ligações telefônicas, e não tem identificador.

De todo modo, diante dos elementos trazidos aos autos – ou mesmo em razão da ausência destes –, a pretensão só pode ser procedente, pois, mesmo que existisse alguma dívida da mãe, estaria prescrita considerando-se o falecimento da suposta titular em 1986.

A única certeza que emerge dos autos é o fato de o autor não ser devedor perante o réu, já que nada trouxe neste sentido (em relação a ele, o número de CPF está nos autos, à pág 1)

Caso houvesse débito de sua mãe, a tais alturas o banco já deveria ter se encarregado de adotar as providências em relação aos sucessores.

Assim, vislumbra-se a procedência da pretensão obrigacional a fim de que cessem as ligações telefônicas de cobranças feitas ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

autor, sob pena de multa de R\$500,00 por ato de descumprimento.

Para os fins do art. 489, §1º, IV do Código de Processo Civil, não há outros argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada e que não tenham sido considerados e valorados.

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE a pretensão para determinar a obrigação de não fazer consistente em não dirigir ao autor qualquer cobrança mediante ligações direcionadas à linha telefônica de nº 16-3331-5795, ou outros meios, sob pena de multa de R\$500,00 por ato de descumprimento. Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

O recurso cabível é o denominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, conforme a Lei nº 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesp (o que for maior), mais 4% da causa ou cinco Ufesp (o que for maior).

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 05 de dezembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006